ATA DA 2ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR (CMS), REALIZADA NO DIA 15 DE FEVEREIRO DE 2022.

PRESIDENTE: VEREADOR GERALDO JÚNIOR
1º SECRETÁRIO: VEREADOR ORLANDO PALHINHA (*ad hoc*)
2º SECRETÁRIO: VEREADOR ALBERTO BRAGA (*ad hoc*)

Compareceram os senhores vereadores: ALBERTO BRAGA, ALEXANDRE ALELUIA, ANDERSON NINHO, ANDRÉ FRAGA, ÁTILA DO CONGO. AUGUSTO VASCONCELOS, CARLOS MUNIZ, CÁTIA RODRIGUES, CLÁUDIO TINOCO, CRIS CORREIA, DANIEL ALVES, DEBORA SANTANA, DUDA SANCHES, EDVALDO BRITO, EMERSON PENALVA, FÁBIO SOUZA, GEORGE REIS, GERALDO JÚNIOR, HÉLIO FERREIRA, HENRIQUE CARBALLAL, IREUDA SILVA, ISNARD ARAÚJO, JOCEVAL RODRIGUES, JOSÉ ANTONIO, JULIO SANTOS, LAINA CRISÓSTOMO, LEANDRO GUERRILHA, LUIZ CARLOS SUÍCA, MARCELLE MORAES, MARCELO MAIA, MARIA MARIGHELLA, MARTA RODRIGUES, MAURÍCIO TRINDADE, ORLANDO PALHINHA, PAULO MAGALHÃES JÚNIOR, RICARDO ALMEIDA, ROBERTA CAIRES, SABÁ, SANDRO BAHIENSE, SIDNINHO, SÍLVIO HUMBERTO, TEO SENNA e TIAGO FERREIRA. Havendo número legal, o senhor presidente declarou aberta a Sessão, em formato semipresencial, em razão das medidas de isolamento frente à pandemia do Coronavírus (Covid-19), com a participação de alguns edis de maneira remota, mediante ferramenta digital. Anunciou a votação da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem restrições. Em seguida, foi realizada a leitura do Expediente, que constou do seguinte: Ofícios n.s 33 a 42/22 da Secretaria Municipal de Governo em resposta a pleitos da CMS; Mensagem n. 2/22 do Executivo Municipal encaminhando o Projeto de Lei Complementar n.

2/22; Projetos de Lei n.s 15/22 do vereador Duda Sanches, 16/22 da vereadora Maria Marighella, 17/22 do vereador Alexandre Aleluia, 18/22 do vereador Augusto Vasconcelos, 19/22 do vereador Henrique Carballal, 20/22 do vereador Fábio Souza e 21/22 do vereador Alberto Braga; Projetos de Indicação n.s 4/22 do vereador Duda Sanches, 5 e 6/22 do vereador Sílvio Humberto, 7/22 do vereador André Fraga, 8/22 da vereadora Cris Correia, 9 e 10/22 do vereador Sílvio Humberto, 11 e 12/22 do vereador André Fraga, 13/22 da vereadora Maria Marighella, 14/22 do vereador Henrique Carballal, 15/22 da vereadora Maria Marighella, 16/22 do vereador André Fraga e 17/22 do vereador Maurício Trindade; Projetos de Resolução n.s 6/22 do vereador Sandro Bahiense, 7/22 do vereador Alberto Braga e 8/22 do vereador Isnard Araújo; Requerimentos n.s 43 a 47/22 da vereadora Marta Rodrigues, 48/22 do vereador Teo Senna, 49 e 50/22 da vereadora Marta Rodrigues, 51/22 do vereador Teo Senna, 52 a 57/22 da vereadora Marta Rodrigues, 58/22 do vereador Teo Senna, 59 e 60/22 da vereadora Marta Rodrigues, 61/22 do vereador André Fraga, 62/22 do vereador Sílvio Humberto, 63/22 da vereadora Laina Crisóstomo, 64/22 do vereador André Fraga, 65 a 71/22 do vereador Augusto Vasconcelos, 72 a 74/22 da vereadora Debora Santana, 75/22 do vereador Geraldo Júnior, 76 e 77/22 do vereador Augusto Vasconcelos e 78/22 do vereador André Fraga; Requerimentos de Utilidade Pública n.s 2 e 3/22 do vereador Joceval Rodrigues e 4/22 do vereador Alberto Braga; e Moções n.s 23 e 24/22 do vereador Alberto Braga, 25 a 37/22 do vereador Marcelo Maia, 38/22 do vereador Alexandre Aleluia, 39/22 do vereador Tiago Ferreira, 40/22 da vereadora Laina Crisóstomo, 41 e 42/22 do vereador Emerson Penalva, 43/22 da vereadora Cátia Rodrigues e 44/22 do vereador Tiago Ferreira. Terminada a leitura do Expediente, pela ordem, o vereador Ricardo Almeida registrou a sanção ao seu Projeto de Lei que estabelecia o Dia Municipal dos Conselheiros dos Embaixadores do Rei, da Igreja Batista, sobre cuja importância expôs. O senhor presidente comentou sobre o Projeto de alteração da Lei Orgânica do Município (LOM). Explicou que as Comissões da

Casa estavam formadas e que uma alteração regimental estabelecera a mudança anual dessas Comissões. Relatou ações em andamento, destacando o trabalho do vereador Edvaldo Brito, procurador parlamentar. Explicou que as Comissões poderiam ter a sua atividade renovada por 15 dias e que tal renovação seria possível por três vezes. Em seguida, submeteu à votação do Plenário essa prorrogação de 15 dias, a qual foi aprovada à unanimidade. Em seguida, na **Tribuna Popular**, a senhora Mãe Jacira de Iansã, mãe-de-santo, destacou a luta histórica, e ainda atual, das religiões de matriz africana por respeito. Manifestou oposição ao Projeto de Lei n. 411/21, que previa mudança de nome para um trecho da região da Lagoa do Abaeté. Observou que aquele espaço, sendo público, pertencia a todos e rejeitou a destinação de um trecho para o segmento evangélico. Disse que, como liderança religiosa e educadora, não poderia acatar tais medidas. Lembrou a mudança do nome do Aeroporto Dois de Julho, apontando que algo semelhante poderia acontecer, e pediu a intercessão dos vereadores para evitar que essas mudanças se efetivassem. Relatou o desrespeito que, aos 71 anos de idade, sofrera por parte do prefeito e de seus agentes, que haviam avançado com automóveis enquanto ela e outras pessoas se manifestavam no Abaeté. Pela ordem, o vereador Anderson Ninho rebateu o que fora dito sobre a atitude do prefeito e de seus agentes. Nos **Comentários à Tribuna Popular**, o vereador Edvaldo Brito contou sobre entrevista sua em que se pronunciara sobre o racismo e declarara a gravidade de se separarem as pessoas por origem étnica. Defendeu o respeito aos valores do povo negro, lembrando que a Constituição estadual estabelecia proteção a esses valores. Declarou, à oradora da Tribuna, a responsabilidade que assumia, como edil, frente à violação dos direitos do povo negro. Anunciou que reagiria contra a efetivação das medidas que eram pretendidas para o Abaeté e pediu o apoio dos pares, inclusive do senhor presidente. Foram promulgadas as Resoluções n.s 3.078 3.089/22. A vereadora Laina Crisóstomo explicou que estava trajada com a indumentária que usava no Candomblé. Criticou a Prefeitura, apontando-lhe práticas similares às do Governo

do Presidente Bolsonaro. Solidarizou-se à oradora, expondo que o Abaeté era área de culto do povo-de-santo e de proteção ambiental, e salientando que a natureza era vital para a religiosidade de matriz africana. Disse que o Projeto de Lei n. 411/21 transformaria o lugar numa área para evangélicos, os quais excluiriam outros. Apontou falta de transparência e de responsabilidade fiscal no Projeto criticado. O senhor presidente agradeceu à Oposição por reunião para se traçarem metas sobre este ano. O vereador Átila do Congo salientou o valor dos orixás na trajetória sua e de outros políticos, criticando o fato de muitos desses políticos não serem gratos a esse apoio. Observou que os ensinamentos cristãos, seguidos por muitos, não preconizavam a discriminação contra outras religiões. Comentou sobre a grave perseguição sofrida por candomblecistas, inclusive a que era movida por alguns que se declaravam evangélicos, e registrou que não via mães e pais-de-santo promoverem semelhante agressão. O vereador Anderson Ninho disse que os protestos contra as mudanças no Abaeté tinham sido orquestrados, politicamente, contra o ex-prefeito ACM Neto e afirmou ter visto pessoas se jogarem sobre os carros da Prefeitura. Lembrou ações do ex-prefeito em favor do povo-de-santo. Disse que as mudanças no Abaeté visavam a trazer benefícios estruturais, não contendo viés de perseguição. A vereadora Maria Marighella saudou a luta do povo-se-santo pelo Abaeté, a qual explicou ser um ebó coletivo, e destacou Mãe Jacira. Disse que se assustara com o Projeto de Lei n. 411/21, do vereador Isnard Araújo, que pretendia dar, a parte daquela área, o nome de “Monte Santo”. Explicou que se espantara ao ver tal Projeto associado a ações da Prefeitura no mesmo local. O vereador Augusto Vasconcelos disse que a luta pelo Abaeté era de todos os que defendiam o estado laico e eram contra a apropriação do espaço público. Destacou o valor cultural do Abaeté, considerando Projeto de Lei n. 411/21 ameaçador e estimando que a Casa não o aprovaria. Observou que a Prefeitura se antecipara em colocar, no local, uma placa com o nome “Monte Santo” e considerou positivo a própria Prefeitura recuar em seguida, bem como haver edis governistas declarando voto contrário ao Projeto. O vereador Isnard

Araújo, autor do Projeto em comento, explicou que não tivera a intenção de alterar nome de local. Lembrou já ter havido aprovação de Projeto para a Pedra de Xangô, ligada às religiões de matriz africana, e anunciou que retiraria o Projeto de Lei n. 411/21. Pela ordem, o vereador Edvaldo Brito cumprimentou o vereador Isnard Araújo pela retirada do Projeto, atribuindo-lhe sensatez nessa decisão e agradecendo-lhe. O senhor presidente associou-se a essa manifestação. O vereador Sílvio Humberto saudou as palavras de Mãe Jacira e o ebó coletivo, cujos efeitos declarou reconhecer na justiça de Xangô que via ser feita. Lembrou semelhante reação que impedira a criminalização do uso de animais em rituais religiosos. Rechaçou o argumento de se referir à Pedra de Xangô, observando a irrisória despesa que essa realização significava numa Cidade com tamanha mão-de-obra negra e com ampla necessidade de reparação racial. Registrou o ecumenismo religioso da Cidade, desaprovando a existência de guerra religiosa, e defendeu o respeito a cada religião. A vereadora Marta Rodrigues enalteceu Mãe Jacira e lembrou ser terça-feira, dia de Ogum, orixá guerreiro, sobre o qual comentou. Destacou a união dos irmãos-de-santo e a gravidade do ocorrido no Abaeté durante a visita do prefeito. Pediu um diálogo com o secretário de Infraestrutura e Obras Públicas, e vereador licenciado, Luiz Carlos de Souza, para que os edis conhecessem o projeto de reurbanização da Prefeitura para o Abaeté, uma vez que se travava de área de proteção ambiental (APA). Defendeu escuta coletiva prévia à realização do projeto, inclusive pelo valor que a área em questão tinha para os religiosos de matriz africana. Pela ordem, o vereador Átila do Congo saudou Mãe Jacira, desculpando-se por não o ter feito antes. Sublinhou que o Abaeté era protegido pela Constituição estadual, considerando que a Prefeitura talvez não pudesse atuar na área. O senhor presidente anunciou visita do secretário e vereador licenciado Luiz Carlos de Souza, na próxima terça-feira, informando que, nesse dia, a Sessão Ordinária seria aberta e convertida para ser realizado esse encontro. O vereador Tiago Ferreira saudou Mãe Jacira e todo o povo de axé. Disse haver, na Cidade, muitos espaços onde o vereador Isnard Araújo poderia

aplicar o seu Projeto, o qual acabara se voltando a área de importância para as religiões de matriz africana. Explicou que era católico e parabenizou o vereador Isnard Araújo pelo recuo. No **Pinga-Fogo**, o vereador Luiz Carlos Suíca também parabenizou o vereador Isnard Araújo pela retirada do Projeto e parabenizou a luta do povo-de-santo para esse resultado. Endossou as falas dos colegas de bancada de Oposição. Rejeitou que uma pessoa mais velha fosse tratada como mentirosa, considerando que o ex-prefeito não queria agredir pessoas no Abaeté, mas que pessoas em seu entorno agiram agressivamente. Pediu a aprovação, com urgência, da mudança de nome de rua para "Alaíde do Feijão", destacando o perfil dessa pessoa. Repudiou a venda de objetos com tema racista em loja do Aeroporto, considerando que o dono da loja tivera tratamento privilegiado em comparação a quem rouba leite em lojas. O vereador Duda Sanches comentou sobre a queda de passarela na BR-324 em Valéria, denunciando o mau serviço da empresa Via Bahia, concessionária daquela estrada. Afirmou haver riscos à vida das pessoas naquela área e anunciou ações para a estrada e as pessoas que a frequentavam, pedindo apoio aos pares. A vereadora Marcelle Moraes denunciou a negativa do secretário de Saúde em atender protetores de animais acometidos por zoonose. Explicou que eles necessitavam de medicamento que não era fornecido e que muitos gatos tinham essa doença. Rejeitou o argumento, do secretário, de que os animais eram de rua e exigiu ação. A vereadora Maria Marighella manifestou apoio aos professores do movimento *Artes Reagem*, o qual fora alvo de ataque *hacker*. Criticou a retirada das artes como disciplina escolar municipal. Informou que o Projeto de Lei Paulo Gustavo, de ajuda emergencial para a cultura na pandemia, seria votado, no Congresso Nacional, neste dia. O vereador Orlando Palhinha comentou sobre seu Projeto de Indicação para a ligação da Bacia do Cobre, no Subúrbio Ferroviário. Explicou que a estrutura atual era defasada e que, com a nova Rodoviária, fazia-se necessária uma nova ligação. Também comentou sua Indicação para a duplicação da BA-528. Relatou que marisqueiros e ambulantes do Subúrbio sofriam com o atraso nas obras do

Veículo Leve sobre Trilhos (VLT). Explicou que não era contra o VLT, mas que os trens haviam sido retirados em razão do novo equipamento. Nas **Representações Partidárias**, o vereador Joceval Rodrigues comentou sobre a pandemia e parabenizou os profissionais de saúde. Saudou o cardeal Dom Sergio da Rocha e novos párocos. Saudou, ainda, o Clube Recreativo de Plataforma. Pela ordem, o vereador Alberto Braga informou a inauguração do complexo esportivo Daniel Rios, em Pirajá. O senhor presidente convidou o vereador Emerson Penalva para assumir a Presidência. O vereador Cláudio Tinoco registrou um ano de retirada dos trens do Subúrbio, criticando o abandono das obras do VLT desde junho de 2021, com prejuízo à população. Disse que o equipamento não era realmente VLT, e sim, monotrilho. Expôs detalhes contratuais e financeiros desse projeto, apontando "caixa-preta" no Governo do Estado. O vereador Leandro Guerrilha comentou sobre seu Projeto de Indicação para jovens adultos carentes receberem reforço escolar. Expôs os impactos da pandemia na educação, cuja importância ressaltou, e pediu o apoio dos pares. Nada mais havendo, o senhor presidente Emerson Penalva declarou encerrada a Sessão.

PRESIDENTE

1º SECRETÁRIO 2º SECRETÁRIO